

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

67 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 25 a 29/01/2021):

1. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA - COMISSÕES DO PE	1
2. VACINAS CONTRA A COVID-19 ESTRATÉGIA DA UE	2
3. PARLAMENTO EUROPEU COMISSÕES PARLAMENTARES	4
Comissão DEVE	4
Comissão LIBE	4
Comissões LIBE e CONT	5
Comissão INTA	5
Comissão INGE	5
Comissão ENVI	5
4. COMISSÃO EUROPEIA ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	5
5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Conselho dos Negócios Estrangeiros	6
Videoconferência informal dos ministros da Agricultura e das Pescas	6
Videoconferência informal de Ministros dos Assuntos Internos	6
Videoconferência informal de Ministros da Justiça	7
6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7
Dimensão parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da UE	7

1. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA - COMISSÕES DO PE

Após a apresentação das **prioridades da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (UE)** na **sessão plenária do Parlamento Europeu (PE)**, esta semana realizaram-se **as audições nas Comissões do PE** dos membros do Governo português que, nas suas diferentes configurações, exercem a Presidência rotativa do Conselho.

Assim, realizaram-se as seguintes audições (hiperligação para as audições disponível):

- [Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar: João Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente e da Ação Climática, e Maria do Céu Antunes, Ministra da Agricultura](#)
- [Comissão de Assuntos Económicos e Monetários: João Leão, Ministro de Estado e das Finanças](#)
- [Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Maria do Céu Antunes, Ministra da Agricultura](#)
- [Comissão da Cultura e da Educação: Graça Fonseca, Ministra da Cultura, Manuel Heitor, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Tiago Brandão Rodrigues, Ministro da Educação](#)
- [Comissão dos Transportes e do Turismo, Pedro Nuno Santos, Ministro das Infraestruturas e Habitação e Rita Marques, Secretária de Estado do Turismo](#)
- [Comissão das Pescas, Ricardo Serrão Santos, Ministro do Mar](#)
- [Comissão dos Assuntos Externos, Augusto Santos Silva, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros¹](#)
- [Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros, Mariana Vieira da Silva, Ministra de Estado e da Presidência](#)
- [Comissão dos Assuntos Constitucionais, Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus](#)
- [Comissão do Desenvolvimento, Francisco André, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)
- [Comissão dos Assuntos Jurídicos, Francisca van Dunem, Ministra da Justiça](#)
- [Comissão do Comércio Internacional, Augusto Santos Silva, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros](#)
- [Subcomissão da Segurança e da Defesa, João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa](#)
- [Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores, Pedro Siza Vieira, Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital](#)
- [Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, Pedro Siza Vieira, Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital Manuel Heitor, Ministro da Ciência, João Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Pedro Nuno Santos, Ministro das Infraestruturas e Habitação](#)

O Serviço de Imprensa do PE disponibiliza uma **[síntese com os principais temas abordados em cada uma destas audições](#)**, que permite densificar cada um dos debates.

Além disso, recorde-se que o *think-tank* do PE havia disponibilizado uma **análise dos principais dossiês a acompanhar durante a Presidência portuguesa, disponível [aqui](#)**.

¹ Minuto 10:52:15

2. VACINAS CONTRA A COVID-19 | ESTRATÉGIA DA UE

O principal tema da atualidade da UE nesta semana foi o chamado **roll-out da estratégia de vacinação a UE**, após a apresentação, na passada semana, da [comunicação](#) «Uma frente unida para vencer a COVID-19», em que a Comissão assumiu o objetivo de: **acelerar a administração da vacina em toda a UE**: 80% das pessoas com mais de 80 anos e profissionais de saúde até março e 70% da população adulta até ao verão.

Importa recordar que a [Estratégia da UE em matéria de Vacinas](#), aprovada no Conselho Europeu de junho de 2020, e através do qual os Estados-Membros mandaram a Comissão para organizar a aquisição conjunta de vacinas, [consiste no seguinte](#):

- desde junho de 2020, que a **Comissão Europeia tem vindo a constituir uma carteira comum e diversificada de várias vacinas**, produzidas com base em diferentes tecnologias. A **lógica** é a seguinte: a Comissão assume a iniciativa de financiar a investigação e apoiar a produção das vacinas consideradas mais promissoras; celebra **acordos prévios de aquisição (APA)** das vacinas, mesmo antes de estarem concluídos todos os ensaios clínicos e de haver aprovação por parte da Agência Europeia do Medicamento. Ou seja, a **UE financiou e celebrou contratos de compra de um produto que, em rigor, ainda não existia**, com o objetivo de assegurar que, uma vez pronta a vacina, a sua distribuição pudesse ser imediata;
- é a Comissão Europeia que **lidera as conversações com os fabricantes das vacinas mais promissoras**, a par de uma equipa de negociação conjunta, nomeada por um Comité Diretor, onde estão representados todos os Estados-Membros;
- **Os APA**: se previr a obrigação de os Estados-Membros adquirirem doses de vacina, estes dispõem de cinco dias úteis para notificar se pretendem não o fazer (opt-out). Os **Estados-Membros** comunicam à Comissão a quantidade que pretendem encomendar de uma determinada vacina, mas são eles os responsáveis por adquirirem as vacinas quando estas estiverem disponíveis e após se terem revelado seguras e eficazes. A Comissão não assina contratos de entrega a países individuais.
- até à data, a **UE assegurou 2,3 mil milhões de doses** ao abrigo de acordos celebrados com 6 empresas: [BioNTech-Pfizer](#) até 600 milhões de doses; [AstraZeneca](#) até 400 milhões de doses; [Sanofi-GSK](#) até 300 milhões de doses; [Johnson and Johnson](#) até 400 milhões de doses; [CureVac](#) até 405 milhões de doses; [Moderna](#) até 160 milhões de doses.



- A aprovação da vacina é da **responsabilidade da Agência Europeia de Medicamentos (EMA)**, que avalia a sua segurança, eficácia e qualidade. As vacinas produzidas por **duas destas empresas** foram aprovadas e colocadas no mercado pela Comissão: a **BioNTech/Pfizer** (em 21.12.2020) e a **Moderna** (em 6.1.2021).

Esta semana, e ainda antes da possível aprovação desta vacina, a **AstraZeneca anunciou que o volume inicial de doses disponíveis** para entrega aos Estados-Membros da UE seria **inferior** ao inicialmente estimado, alegando **dificuldades de produção** nas suas fábricas situadas na cadeia de distribuição europeia (Bélgica e Países Baixos).



A Comissão Europeia reagiu, através da Comissária responsável pela Saúde, Stella Kyriakides, exigindo o cumprimento do estipulado no contrato.

No seu discurso no Fórum de Davos, a Presidente da Comissão Europeia recordou que *“a UE investiu milhões de euros para criar capacidades de investigação e estruturas para desenvolver as vacinas (...) e criar um verdadeiro bem público global. Agora, é altura de as empresas fazerem a sua parte e honrar as suas obrigações. E é por este motivo que a Comissão irá apresentar um mecanismo de transparência na exportação de vacinas”*.

Com efeito, parece existir uma **divergência entre a empresa e a Comissão sobre o teor do contrato**, tendo o CEO da AstraZeneca referido numa entrevista que este não representa “um compromisso, mas um melhor esforço para fazer face à procura” e que há *“demasiadas emoções na UE relativamente às vacinas”*. Recorde-se que os **contratos estão protegidos por razões de confidencialidade**, justificadas pelo caráter competitivo deste mercado global e todas as empresas exigem que seja mantida a confidencialidade dessas informações empresariais. A exceção, que surgiu na sequência de um acordo com a empresa, foi a **publicação do contrato prévio de aquisição com a CureVac**. A **Provedora de Justiça Europeia iniciou recentemente um inquérito sobre a recusa da Comissão Europeia em tornar públicos estes contratos**.

A Comissária Kyriakides acrescentou que *“nenhuma companhia deve ter a ilusão de que a Comissão não dispõe dos meios para compreender o que está em causa (...), pois sabemos a quantidade de doses produzidas, onde foram produzidas e - se foram exportadas para outro local - de saber onde estão”* e que o contrato assinado não restringe a produção destinada à UE à fábrica localizada na Bélgica e que teria sido afectada agora por dificuldades de produção. No dia 28 de janeiro, e a pedido da Comissão Europeia, as autoridades federais belgas realizaram uma inspeção a esta fábrica. A 29, a Comissão Europeia tornou público o contrato com a AstraZeneca (versão truncada).

A Presidente da Comissão Europeia acrescentou, em entrevista à imprensa alemã, que o contrato com a AstraZeneca “é claríssimo e que as encomendas são de carácter vinculativo”, mencionando mesmo os quatro locais de produção, dois no Reino Unido. Acrescentou, ainda, que a alegada cláusula do melhor esforço se aplicava apenas ao contexto em que não era ainda claro se a AstraZeneca seria ou não capaz de desenvolver a vacina.

O Reino Unido aprovou esta vacina em dezembro, existindo relatos de que, face a dificuldades de abastecimento das fábricas britânicas da AstraZeneca nessa altura, os **fornecimentos iniciais desta vacina foram assegurados com base na produção feita na UE**, nomeadamente nos Países Baixos e

na Alemanha. O que a UE parece estar a exigir agora o inverso, ou seja, que a AstraZeneca supere as dificuldades de abastecimento à UE que alega ter com o [fornecimento de doses da vacina produzidas no Reino Unido](#)

O Politico apresenta uma [detalhada análise da estratégia de vacinação da UE](#) por comparação com a dos EUA e do Reino Unido, evidenciando algumas das aparentes vulnerabilidades europeias, estando em análise a [criação de um mecanismo de restrição de exportações de vacinas](#), como referido pelo [Ministro da Saúde alemão](#). O Economist apresenta uma análise sobre como é que esta crise em torno das vacinas representa um [novo confronto entre a UE e o Reino Unido](#).

A [Agência Europeia do Medicamento](#) deverá [pronunciar-se sobre a aprovação](#) da vacina da AstraZeneca no **dia de hoje**, existindo algumas [dúvidas suscitadas pela Alemanha](#) sobre a sua eficácia relativamente aos maiores de 65 anos.

3. PARLAMENTO EUROPEU | COMISSÕES PARLAMENTARES

Comissão DEVE

Os membros da Comissão de Desenvolvimento do PE [aprovaram](#), esta semana, a [Estratégia para uma nova Parceria com África](#), com enfoque para a necessidade de ir além da cooperação em questões como a transição verde, energia, transformação digital, empregos sustentáveis, boa governação e migração. Esta nova parceria deve focar-se no desenvolvimento humano, dando prioridade à educação, inclusão e saúde. A relação UE-África não deve ser apenas uma relação doador-beneficiário, cooperando a UE e a África como iguais, capacitando as nações africanas para atingir os [Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU](#), combater as alterações climáticas e promover a igualdade de género, tendo os Deputados apelado a que sejam reservados fundos substanciais no próximo instrumento financeiro externo [NDICI](#) (Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional).

A Comissão DEVE indicou assim as suas [expectativas relativamente à futura estratégia](#), incluindo: *apoio financeiro e técnico a longo prazo da UE aos países africanos para impulsionar a adaptação ao clima; apoio da UE à integração regional africana para ajudar a reduzir a dependência das importações estrangeiras; apoio da UE a África nas suas ambições de uma zona de comércio livre continental; saúde sexual e reprodutiva e direitos a serem protegidos pela UE na nova parceria; alívio de dívida por parte dos mutuantes internacionais, como o FMI e o Banco Mundial; prioridade dada à dignidade humana dos refugiados e migrantes*. Esta Estratégia será discutida na **sessão plenária de março do PE** e o processo será concluído com a adoção de uma estratégia conjunta na Cimeira UE-África.

Comissão LIBE

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) [debateu](#), também esta semana, a **situação dos migrantes e requerentes de asilo nas ilhas gregas e os planos para estabelecer um novo centro de receção e identificação em Lesbos**. O debate contou com a presença de representantes da Comissão Europeia e da ONG Conselho Grego para os Refugiados, tendo sido analisado o [número de pessoas que chegam e permanecem nos centros de acolhimento e de emergência](#) e avaliada a situação humanitária no terreno.

Foi ainda discutida a criação do [novo centro de acolhimento na ilha de Lesbos](#), até ao início de Setembro de 2021, conforme plano traçado após o incêndio que destruiu o campo de Moria.

Este novo centro contribuirá para acolher requerentes de asilo, por forma a garantir não só o rastreio e identificação necessários como uma rápida gestão dos processos de asilo e regresso.

Comissões LIBE e CONT

Por outro lado, as Comissões de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos e a de Controlo Orçamental promoveram uma [audição conjunta](#) sobre a [Procuradoria Europeia](#), com a presença da Ministra da Justiça, Francisca van Dunem.

Comissão INTA

A [Comissão do Comércio Internacional](#) discutiu novamente o [acordo comercial UE-Reino Unido](#), com enfoque nos problemas comerciais imediatos reportados por ambas as partes, bem como questões relacionadas com a implementação do acordo. Este debate é a continuação da primeira abordagem ao acordo realizada pela Comissão, de que demos nota na [Síntese n.º 65](#).

Comissão INGE

A Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação realizou uma [audição](#) relativa às Possíveis ameaças de interferência de países terceiros num contexto geopolítico, tendo discutido a interferência de grandes atores como a China, bem como as atividades e táticas por parte de países como o Irão, Índia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Comissão ENVI

Os membros da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar participaram numa [troca de pontos de vista com Emer Cooke, Diretora Executiva da Agência Europeia do Medicamento](#), sobre as actividades da agência, em particular sobre o acompanhamento do processo de autorização de vacinas e o trabalho da agência em resposta à COVID-19. Foi ainda aprovado um [relatório de iniciativa](#) sobre o [Novo Plano de Ação para a Economia Circular](#), enfatizando três domínios essenciais - ambiente, emprego e crescimento - que abrangem todo o ciclo do produto e sublinham o papel e a responsabilidade dos seus diversos intervenientes, apelando à Comissão que proponha objectivos vinculativos da UE nesta matéria.

4. COMISSÃO EUROPEIA | ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

A Comissão Europeia apresentou esta semana um [Livro Verde para lançar um amplo debate de orientação sobre os desafios e as oportunidades associados ao envelhecimento da sociedade europeia](#). O [Livro Verde enquadra o debate sobre o envelhecimento](#), indicando a velocidade e o alcance das mudanças demográficas na nossa sociedade, bem como o seu impacto sobre as nossas políticas e as questões que nos devemos colocar a esse respeito. É adotada uma abordagem baseada no ciclo de vida, refletindo o impacto universal do envelhecimento sobre todas as gerações e fases da vida. Nas próximas décadas, o número de idosos na UE aumentará. Atualmente, 20 % da população tem mais de 65 anos e prevê-se que, em 2070, essa percentagem seja de 30 %. Entretanto, a percentagem de pessoas com mais de 80 anos deverá mais do que duplicar, para representar 13 % em 2070. Do mesmo modo, prevê-se um aumento do número de pessoas que podem necessitar de cuidados de longa duração, de 19,5 milhões em 2016, para 23,6 milhões em 2030 e 30,5 milhões em 2050 (UE-27). A [consulta pública lançada](#) está aberta a todos os cidadãos e organizações interessados, de todos os Estados-Membros, incluindo os níveis regional e local.

5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Negócios Estrangeiros

[Reuniram](#) no dia 25 de janeiro para uma **troca de pontos de vista sobre a diplomacia climática e energética**, com destaque para a promoção da dimensão externa do Pacto Ecológico Europeu, salientando a necessidade de dialogar com África e a importância crucial de que 2021 se reveste para o êxito da COP26. O Conselho adotou [conclusões](#) sobre este tema.

Realizaram também um debate com o **ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão**, Toshimitsu Motegi, para debate das suas abordagens em relação ao Indo-Pacífico, tendo sido manifestado o interesse comum em fomentar a cooperação em domínios como a conectividade, a segurança marítima, o ambiente e as alterações climáticas, o comércio e o investimento, as questões digitais, bem como em promover o multilateralismo e a defesa da ordem internacional assente em regras.

O [Alto Representante](#) informou ainda os ministros sobre a Rússia e os acontecimentos em torno da detenção de Alexei Navalny, tendo o Conselho condenado as detenções em massa e a brutalidade policial.

Foram discutidas outras questões de atualidade (estratégia da UE para a partilha de vacinas, relações com os Estados Unidos, relações com a Turquia, o caso de Giulio Regeni, situação dos migrantes na Bósnia-Herzegovina, a situação no Corno de África e na região de Tigré), tendo sido adotadas conclusões sobre a [Venezuela](#) e sobre o projeto-piloto relativo ao conceito de presenças marítimas coordenadas no [Golfo da Guiné](#). Durante um almoço informal, os ministros debateram a cooperação entre a UE e o Reino Unido em questões de política externa, de segurança e de defesa comum.

Videoconferência informal dos ministros da Agricultura e das Pescas

[Reuniram](#) no dia 25 de janeiro para debater: as **orientações para o início das consultas bilaterais formais entre a UE e o Reino Unido sobre a fixação das possibilidades de pesca para 2021** (e, no caso de algumas unidades populacionais, para 2022), o impacto e as perspetivas abertas pelos últimos desenvolvimentos a nível comercial para o setor agrícola da UE e a situação atual das negociações interinstitucionais sobre o pacote de reforma da política agrícola comum (PAC) pós-2020.

Foram também apresentadas as **prioridades da Presidência portuguesa**, com destaque para a conclusão das negociações sobre a reforma da PAC na primavera, mas também, nos domínios da agricultura e das pescas, a estratégia de desenvolvimento rural, a decisão do Conselho sobre a utilização sustentável dos pesticidas e o acordo sobre as prioridades da UE para a Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, o acordo com o Reino Unido e a Noruega sobre as principais possibilidades de pesca, completar o regulamento relativo ao novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e chegar a acordo sobre uma orientação geral para a revisão do sistema de controlo.

Videoconferência informal de Ministros dos Assuntos Internos

[Reuniram](#) os ministros nos dias 28 e 29 de janeiro para discutir a proposta da Comissão Europeia do **Novo Pacto para a Migração e o Asilo**, bem como as **garantias de funcionamento do**

Espaço Schengen em contexto de pandemia e o **novo mandato da EUROPOL**. A [reunião](#) foi presidida pelo Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, tendo contado com a participação da Comissária Europeia dos Assuntos Internos, Ylva Johansson.

Videoconferência informal de Ministros da Justiça

Realizada a [29 de janeiro](#), foi o primeiro evento oficial da Presidência Portuguesa na área da Justiça e dedicou-se aos seguintes temas: *1. Proteção dos adultos vulneráveis na Europa – o caminho a seguir; 2. Direito criminal e proteção dos direitos de propriedade intelectual – relações entre a contrafação e a criminalidade organizada; 3. Justiça eletrónica – rumo a um processo de digitalização inclusivo*. Participaram também o Comissário Europeu da Justiça, Didier Reynders, e a Comissária Europeia dos Assuntos Internos, Ylva Johansson.

6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões Parlamentares do PE](#) e dos Grupos Políticos, com renovado destaque para a [apresentação das Prioridades da Presidência portuguesa](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [3 de fevereiro](#) de 2021, com a apresentação do **Plano Europeu de Combate ao Cancro**.

Conselho da União Europeia

A Presidência portuguesa disponibiliza o [calendário de eventos](#), destacando-se:

- 2 e 3.02: [Videoconferência informal de ministros da Competitividade \(Investigação e Inovação\)](#)

Dimensão parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da UE

Decorrerá, nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2021, a [8.ª Reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto \(GCPC\) da Europol](#), ocasião em que os Parlamentos nacionais e o PE exercerão o controlo político das atividades da Europol. A reunião abordará a **revisão do mandato da Europol** e terá os debates temáticos centrados na **cibercriminalidade e resiliência digital**, bem como no **impacto da COVID-19 na segurança interna da UE – o papel da cooperação policial**.

Bruxelas | 29 de janeiro de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).